

NORMAS LEXICAIS NO PORTUGUÊS DO BRASIL E DESAFIOS PARA A LEXICOGRAFIA BRASILEIRA¹

Aparecida Negri ISQUERDO (UEL/CNPq)²

RESUMO: A história da língua acompanha a marcha da história do povo que a fala, por isso discutir a norma lexical utilizada por um grupo de falantes implica considerar contingências históricas e socioculturais, relacionadas a esse grupo, já que a maneira de falar de um indivíduo deixa transparecer traços socioculturais reveladores da sua comunidade lingüística e da sua região de origem. Este trabalho focaliza a questão da construção da norma lexical no âmbito do português do Brasil e discute possíveis implicações da descrição dessa norma para a lexicografia brasileira.

ABSTRACT: The history of language and the history of the people by whom it is spoken march side by side. For that reason, discussing a group of speakers' lexical norms implies considering historical and sociocultural contingencies related to that group, for the way individuals speak reveals social and cultural features of their linguistic community and their region. This study focuses on the question of lexical norm construction in the scope of Brazilian Portuguese and discusses possible implications of the description of that norm to Brazilian lexicography.

1. Contextualizando o assunto

A língua funciona também como forma de identidade de um grupo, já que o vocabulário atualizado por um indivíduo evidencia marcas socioculturais do grupo a que pertence e do espaço geográfico onde reside ou nasceu, uma vez que é fato assente que condicionantes de natureza sócio-histórico-cultural e físico-geográfica podem motivar o surgimento de variedades na manifestação de uma língua. No Brasil, por exemplo, falares regionais se entrecruzam num território de dimensões continentais, manifestando as várias nuances das particularidades regionais e culturais que caracterizam a população brasileira e que se refletem na norma da língua portuguesa do Brasil. O fenômeno da globalização tende a acelerar imbricamentos entre formas eruditas, populares, tradicionais e modernas, já que os veículos de reprodução de linguagem promovem mudanças e transformações lingüístico-culturais em razão da facilidade de acesso aos produtos culturais, propiciada pelos meios de comunicação de massa. Acrescem-se ainda os processos de migração interna, tão característicos no âmbito da sociedade brasileira, que deslocam grupos humanos de um estado da Federação para outro, favorecendo novos contatos lingüísticos e provocando alterações na norma lexical de falantes de diferentes regiões brasileiras. Frente a esse panorama, delimitar o espaço geográfico e as fronteiras de uso de uma palavra configura-se como um fenômeno complexo, considerando-se, sobretudo, que as fronteiras geográficas não representam fronteiras culturais e lingüísticas, ainda mais num momento em que o próprio conceito de fronteira é revisto e redefinido. O tema tratado neste trabalho será focalizado, considerando 02 eixos: discussão do conceito de norma associada a fatores históricos que marcaram os primeiros séculos de formação da sociedade brasileira e reflexões acerca da relação entre norma lexical regional e Lexicografia.

2. A questão da norma lexical no português do Brasil

Partindo do conceito coseriano de norma como “um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente” (COSERIU, 1979, p. 50), podemos entendê-la como uma tradição solidificada no uso da língua por uma comunidade lingüística³, como hábitos que se impõem ao indivíduo, daí o seu caráter prescritivo. Oliveira (1999, p. 32), retomando o pensamento de Lara (1976), pondera que “uma norma é sempre mais limitada que um sistema, tendo em vista que seu princípio reside na atribuição de um valor social determinado a certas realizações do sistema e não ao sistema como um todo”. Nessa perspectiva, a

¹ - Nossos agradecimentos ao CNPq pelo financiamento de parte da pesquisa que forneceu os dados para este trabalho.

² - E-mail: anegri.isquerdo@terra.com.br

³ - Comunidade lingüística está sendo tomada aqui no seu conceito laboviano: “grupo de pessoas que compartilham um conjunto de normas comuns com respeito à linguagem, e não como um grupo de pessoas que falam do mesmo modo” (LABOV, apud FONSECA; NEVES, 1974, p. 49-85).

autora enfatiza que, segundo Lara, “a importância social da norma está no caráter limitado, seletivo e identificador que possui, o que possibilita a valorização de determinados eventos lingüísticos em lugar de outros”.

Assim, ao se discutir a questão da norma na variante brasileira do português, não se pode esquivar de um olhar para o passado histórico da formação dessa norma, o que implica considerar que ela começou a ser construída e definida no século XVI com os primeiros contatos do colonizador com as populações autóctones.

Silvio Elia (2003), na sua obra *Fundamentos histórico-lingüísticos do Português do Brasil*, situa as particularidades da variante brasileira da língua portuguesa nos três séculos do período colonial e no primeiro século da fase independente. Em termos históricos, o estudioso aponta como significativos para o entendimento da formação étnica do povo brasileiro e, conseqüentemente, da configuração do português do Brasil, os seguintes acontecimentos:

i) *Século XVI – Fase Colonial*: além situar o fenômeno do descobrimento propriamente dito, cujas primeiras impressões foram relatadas na Carta de Caminha – o prólogo da história do Brasil, segundo Elia –, o autor denomina de “preâmbulo” o período entre 1500 e 1530, quando o Brasil ainda era tomado por Portugal apenas como ponto de escala, já que o foco de interesse eram as riquezas da Índia e do Oriente. Destaca, também, os feitos de Martim Afonso de Sousa nessa fase da história do Brasil⁴. O estudioso considera o século XVI como “um período fundamental para a compreensão da etnia brasileira, que aí encontra suas raízes e o sentido de sua projeção histórica” (p. 26), apontando como acontecimentos marcantes desse século, que interferiram na formação da nova civilização: “as capitâneas hereditárias, os governos gerais, o tráfico de escravos negros africanos, a obra da catequese, a fundação das principais cidades litorâneas (Olinda, Recife, Salvador, Rio de Janeiro) e interioranas (São Paulo e Belém do Pará) e [...] o período filipino, também dito do *domínio espanhol*...” (p. 27). Do ponto de vista sociocultural dois fatores são significativos nesse século: a *catequese* e a *escravidão* (p.29).

ii) *Século XVII – Fase Colonial*, que admite dupla divisão, no pensar de Elia (2003): o período filipino (1580-1640) e o período pós-filipino (1640-1700). O primeiro marcado por muitas lutas entre portugueses e espanhóis pela posse do litoral e enfrentamentos contra pirataria e cobiça de potências estrangeiras: invasão dos franceses no Maranhão (1612), invasões holandesas, uma em 1624 (Salvador) e outra em 1630 (Recife); essas lutas perduram no período pós-filipino, quando se acentua o sentimento de rebelião contra o invasor, o que vem culminar com a união entre portugueses, brasileiros, índios e africanos na luta em prol da proteção do território. Esse Brasil “eticamente unido contra o estrangeiro invasor” consegue expulsar os holandeses do Brasil, feito denominado de “Insurreição pernambucana” (p. 64-66)⁵. No século XVII consolidou-se também a conquista da Amazônia, região cortada pelo Tordesilhas que durante algum tempo foi disputada por portugueses e espanhóis; data desse século também o início do movimento das *entradas* (expedições que tinham como finalidade explorar o interior e pesquisar jazidas de pedras e metais preciosos) e *bandeiras* (série de expedições, particulares ou oficiais, que tinham como propósito a penetração do território brasileiro, tendo como principais propósitos o aprisionamento de índios e a localização de minas de pedras e metais preciosos). Na verdade, as simples entradas de exploração aos poucos foram se transformando em expedições de descobrimento e de penetração no sertão, as bandeiras. Esses movimentos foram responsáveis pelo processo de interiorização do País e pela expansão geográfica do Brasil Colonial, já que normalmente não respeitavam os limites do Tratado de Tordesilhas.

iii) *Século XVIII – Fase Colonial*: fim do período colonial, já que em 1922 o Brasil conquista a sua independência da Coroa Portuguesa. Marcaram ainda esse século a presença dos “franceses no Rio de Janeiro, a corrida do ouro, a expansão territorial (bandeirantismo), a fixação de fronteiras, as lutas com os espanhóis e a colonização do Sul, o Iluminismo e a expulsão dos jesuítas, a Conjuração Mineira” (ELIA, 2003, p. 91). A par do movimento bandeirante, exerceu papel importante nessa fase da história do Brasil o tropeirismo⁶, uma atividade econômica também muito lucrativa iniciada no Brasil a partir de 1732, com o objetivo de comercializar o gado que era trazido do sul do Brasil, nas feiras de Sorocaba e de São Paulo.

⁴ - “A expedição de Martim Afonso de Sousa foi, por assim dizer, um ensaio da nova orientação da Coroa em relação ao Brasil. Esta nova orientação se traduzia pelo desejo de estimular o mais possível a colonização, como processo adequado para salvar a Colônia americana da cobiça dos outros povos” [...] “O período das capitâneas (1534-1549), que sucedeu à expedição de Martim Afonso e durou até à instalação do Governo-Geral, determinou, como era natural, certo surto civilizador através da costa” (FRANCO, 2005, p. 44).

⁵ - Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, “o século XVII foi, porventura o mais importante da nossa História Colonial, pois nele se deu a consolidação do domínio luso do litoral, com a expulsão dos invasores, e, no interior, a parte decisiva da conquista do sertão” (2005, p. 63).

⁶ - Moreira (2006, p. 19), retomando o pensamento de Trindade (1992), define tropeirismo como o “ciclo econômico surgido no início do século XVIII, com a primeira viagem empreendida pelo tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu, em 1732, saindo dos Campos

Arno e Maria José Wehling (apud ELIA, 2003, p. 91) assim sintetizam a importância do século XVIII no Brasil Colônia;

O século XVIII representou para o Brasil, a época da consolidação nacional. A descoberta do ouro e dos diamantes no Centro do país articulou internamente a colonização portuguesa, transformando um arquipélago de colônias isoladas em continente, ainda que relativamente integrado. Caminhos de gado, campos de criação e feiras, como a de Sorocaba, foram importantes instrumentos dessa ligação. Por outro lado, as profundas transformações européias do século XVIII refletiram-se na Colônia, determinando, inclusive, o traçado de suas fronteiras.

Franco (2005, p. 119) aponta como importância histórica do século XVIII a fixação da população no interior e o estabelecimento de ligações internas entre as capitanias localizadas nas diferentes regiões brasileiras, o que, segundo o autor, “deu ao Brasil, afinal, a sua configuração física”.

iii) *Século XIX – Fase Independente*: “século imperial da vida política brasileira: começa em 1822 com D. Pedro I e termina em 1889, com a proclamação da República” (ELIA, 2003, p. 124). A chegada da família real ao Brasil, em 1808, transforma o Rio de Janeiro em sede do Império, assim de Colônia se transforma em Metrópole, fator que em muito contribuiu para a conquista da independência, fato de significativa importância nesse século que foi marcado também pelos seguintes acontecimentos: “a abdicação do imperador em 1831; o período regencial (1831-1840); a maioria de D. Pedro de Alcântara, como D. Pedro II, aos 14 anos de idade (1840-1889); Caxias e a unidade do Império; a Guerra dos Farrapos; guerras do Sul: Oribe, Rosas e Aguirre; Guerra do Paraguai (1865-1870); a Questão Religiosa; a Abolição; Política e economia” (ELIA, 2003, p. 124).

Os acontecimentos mencionados exerceram influências decisivas na economia brasileira, contribuindo para a configuração de um novo cenário nacional, a ponto de Afonso Arinos afirmar na década de 40 do último século que,

Com o fim do Império, o Brasil ensaiava os primeiros passos no caminho de passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, que hoje vai firmemente trilhando. Tendo deixado de ser o célebre “país essencialmente agrícola”, foi se transformando no que hoje é, o segundo empório industrial do continente, com uma produção industrial já imensamente superior à agrícola, em valor, e capaz de conquistar mercados estrangeiros (FRANCO, 2005, p. 149).⁷

Essas digressões de natureza histórica não tiveram o propósito de discussão crítica de fatos que marcaram os primeiros séculos de colonização do Brasil, mas sim delinear aspectos gerais da história do Brasil que em muito influenciaram na formação da norma lexical do português brasileiro.

Frente ao exposto, questiona-se: *como situar a questão lingüística nesse contexto da formação da civilização brasileira?* Paralelamente a esses acontecimentos de natureza histórica e por forte influência do que se foi construindo na nova terra conquistada, também foi ocorrendo a gestação da norma brasileira, daí entendermos que a discussão acerca da norma lexical do português do Brasil deve levar em conta também contingências de natureza histórico-geográficas e socioculturais. Não é demais considerar que, desse processo histórico, emana o homem brasileiro que, no dizer de Darcy Ribeiro (1997, p. 19), surgiu da “confluência, do entrelaçamento e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos”. Destaca ainda o antropólogo que, nessa confluência travada em solo brasileiro, “matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um *povo novo*”. Na configuração desse *novo povo* Darcy Ribeiro aponta certos predicados que individualizam essa *nova* população que emergiu em território brasileiro, daí conceber esse *novo povo* como: i) uma nova etnia nacional que se construiu, “diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos”; ii) uma “gente nova, um novo gênero humano diferente dos que existiam”; iii) um “novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização sócio-econômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa

do Viamão com destino a Sorocaba e São Paulo, atividade que veio resolver as crises de abastecimento que sofriam as Minas Gerais com total escassez de alimentos e a inauguração de um novo modo de viver – o do tropeiro”.

⁷ - Esse mesmo estudioso brasileiro aponta como último episódio marcante da civilização brasileira o século XIX a fundação de Belo Horizonte, concretizando assim o “velho sonho dos Inconfidentes de 1788 de transferir a capital de Minas, de Vila Rica para um novo centro mais bem situado e mais capaz de desenvolvimento”. Foi então escolhida a vila de Curral Del-Rei, comarca de Sabará, como a nova capital mineira, instalada em 1897” (FRANCO, 2005, p. 149-150).

servidão continuada ao mercado mundial”; iv) um povo com “inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade”.

Esse *novo*, todavia, não anula a presença do qualificativo *velho* na configuração do povo brasileiro, haja vista que, sob o olhar do mesmo antropólogo, esse povo se “viabiliza como um proletariado externo [...] um implante ultramarino da expansão européia”. Assim, nessa perspectiva,

a sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória européia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genesicamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizam plenamente (RIBEIRO, 1997, p. 20).

Com base em ampla e profunda discussão teórica acerca da formação do perfil do povo brasileiro – matrizes étnicas, processos civilizatórios... –, Darcy Ribeiro, na obra em questão – *O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil* – traça um perfil dos vários “brasis na história” e delimita cinco áreas culturais, associando a cada uma delas o tipo característico que a identifica, são elas: *o Brasil crioulo, o Brasil caboclo, o Brasil sertanejo, o Brasil caipira e os Brasis sulinos*.

Na óptica do antropólogo, o *Brasil crioulo* configura-se como o “primeiro modo de ser dos brasileiros” e tem origem no primeiro empreendimento agroindustrial exportador do novo continente: o engenho açucareiro, surgido no Brasil antes de 1520. Chama de “área cultural crioula à configuração histórico-cultural, resultante da implantação da economia açucareira e de seus complementos [fabricação de aguardente e rapadura] e anexos [lavouras de tabaco e fabricação do fumo] na faixa litorânea do Nordeste brasileiro que vai do Rio Grande do Norte à Bahia”. A matriz estrutural dos engenhos favorecia a convivência do senhor de engenho e sua respectiva família com o escravo, índio ou negro, que sobrevivia ao trabalho duro no engenho. Além da economia açucareira, outras especializações produtivas integram a área de cultura crioula: “núcleos litorâneos de pescadores [...], de salineiros e as subáreas de cultivo do cacau e do tabaco e as explorações de petróleo do recôncavo baiano” (RIBEIRO, 1997, p. 274; 277; 304).

Já o *Brasil caboclo* corresponde geograficamente à área coberta pela bacia amazônica, onde a economia era sustentada pela empresa extrativista florestal, o *seringal*. Esse sistema econômico viveu momento de grande expansão, enquanto o Brasil manteve o monopólio da produção mundial da borracha. Nesse contexto, o caboclo amazônico foi abatido por três ondas de violência: i) a extraordinária valorização da borracha no mercado internacional, que atraiu pessoas de todas as regiões brasileiras para trabalho nos seringais, o que os obrigou a abrir mão da sua língua e adotar o português; isso, porém, não abalou a consciência de sua identidade de homem da floresta; ii) a nova invasão da Amazônia pela sociedade brasileira, nos dias atuais, em busca da exploração da floresta, fator que tem expulsado o caboclo para Belém e Manaus, pois, ao contrário dos índios, o caboclo não aprendeu a conviver com essas ondas avassaladoras. Além dos seringueiros, integram a Amazônia moderna outros profissionais coletores como balateiros, castanheiros, coletores de copaíba, de pau-rosa, de piaçava, de murumuru, timbó, tucum, sem contar os caçadores de jacarés, de pirarucu e de tartarugas (RIBEIRO, 1997, p. 320; 330).

A outra área cultural delineada pelo estudioso brasileiro foi a do *Brasil sertanejo*, que compreende o espaço entre a orla agreste e extensões semi-áridas do Nordeste até o Brasil Central (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso), regiões do planalto com campos de cerrados, onde se desenvolveu a economia pastoril. Nesse “outro” Brasil, ao engenho açucareiro e ao seringal corresponde, em termos de estrutura econômica, o *curral*, onde viviam as famílias dos vaqueiros e dos seus ajudantes, gerando assim núcleos populacionais que também plantavam roças, tinham vacas mansas que forneciam o leite e do qual eram fabricados os seus derivados, como queijo, coalhada... O pastoreio acabou por aglutinar uma significativa parcela da população nacional e, conseqüentemente, gerando um tipo particular de população, segundo Ribeiro (1997, p. 340), com “uma subcultura própria”, a sertaneja, marcada pelas seguintes características: especialização ao pastoreio; dispersão espacial; traços específicos quanto ao modo de vida, à organização da família, à estrutura do poder, à forma de se vestir, à diversão, à alimentação, à visão de mundo e à religiosidade propensa ao messianismo. Por se desenvolver isolada da costa, a população sertaneja conserva hábitos arcaicos, distanciando-se não só espacialmente, mas também social e culturalmente dos habitantes do litoral (RIBEIRO, 1997, p. 354-355).

O *Brasil caipira*, por sua vez, está centrado nos núcleos paulistas que, após um século e meio de implantação, se resumiam a “arraiais de casebres de taipa ou adobe, cobertos de palha”. Esse modo de vida rude e pobre era resultado, segundo Darcy Ribeiro, de regressões sociais do processo deculturativo. Isso porque do tronco português, “o paulista perdera a vida comunitária da vila, a disciplina patriarcal das

sociedades agrárias tradicionais, o arado e a dieta baseada no trigo, no azeite e no vinho”. Já do tronco indígena, “perdera a autonomia da aldeia igualitária [...], a igualdade do trato social de sociedades não estratificadas em classes, a solidariedade da família extensa...” (1997, p. 366). Os núcleos paulistas, “integrados na estrutura estamental da colônia, aspiravam a participar da camada dominante, darem-se luxos de consumo e poder de influenciar e de mandar” (p. 367). Isso explica a ação dos *mamelucos* paulistas junto aos grupos tribais, aos índios catequizados pelos jesuítas, já que os paulistas se transformaram em cativadores de índios, seja para transformá-los mão-de-obra para suas propriedades, seja para vendê-los aos engenhos de açúcar (p. 367). A penetração do bandeirante paulista no interior do País (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás), no século XVIII, ilustra bem o espírito arrojado e determinado dessa parcela da população brasileira. Todavia, após o declínio do movimento bandeirante, a economia entra em estagnação e a população se dispersa e se sedentariza. Assim, “o equilíbrio é alcançado numa variante da cultura brasileira rústica, que se cristaliza como *área cultural caipira*. É um novo modo de vida que se difunde paulatinamente a partir das antigas áreas de mineração e dos núcleos ancilares de produção artesanal e de mantimentos...”. Esse modo de vida difunde-se por toda a área florestal e campos naturais do Centro-Sul do Brasil, desde São Paulo, Espírito Santo e costa do Rio de Janeiro, até Minas Gerais e Mato Grosso (RIBEIRO, 1997, p. 383). Não pode ser desconsiderado o fato de a grande leva de estrangeiros, sobretudo de italianos, que aportou em São Paulo no século XIX e primeira metade do século XX, ter provocado na sociedade paulistana uma europeização da mentalidade e dos hábitos, o que delimita fronteiras entre o tipo humano da capital e do interior.

A última área cultural definida por Darcy Ribeiro diz respeito aos *Brasis sulinos: gaúchos, matutos e gringos*. Essa área diferencia-se das demais pela heterogeneidade cultural. O autor aponta três componentes principais que identificam essa área cultural: i) os lavradores *matutos* “de origem principalmente açoriana, que ocupam a faixa litorânea do Paraná para o sul”; ii) “os representantes atuais dos antigos *gaúchos* da zona de campos da fronteira rio-platense e dos bolsões pastoris de Santa Catarina e do Paraná”; iii) a camada *gringo-brasileira* que resultou dos “descendentes de imigrantes europeus, que formam uma ilha na zona central, avançando sobre as duas outras áreas” (1997, p. 409). Foram os jesuítas espanhóis os responsáveis por trazer à civilização o Brasil sulino, gerando no atual território gaúcho das missões “a principal expressão de sua república cristã-guaranítica” (p. 409). A ação da empresa colonial portuguesa, somada às três configurações histórico-culturais da região sulina – a do gaúcho, fruto de uma população mestiça de “varões espanhóis e lusitanos com mulheres Guarani”; a da população açoreana, transladada no século XVIII pelo governo português e a formada por brasileiros de ascendência germânica, italiana, polonesa, japonesa, dentre outras, imigrantes que chegaram à região no século XIX (p. 411; 414; 427; 436) – constituíram-se em ingredientes básicos para a configuração da *área cultural sulina*.

Concluída essa viagem pelo universo antropológico, na busca de melhor compreender a formação cultural brasileira, reportamo-nos novamente à questão da formação da norma nacional da língua portuguesa em solo brasileiro, particularmente a norma lexical, procurando relacioná-la, na medida do possível, às áreas culturais mencionadas. Nesse particular, pergunta-se: seria possível estabelecer uma relação entre a construção da norma lexical do português do Brasil e as áreas culturais apontadas por Darcy Ribeiro? A esses *brasis crioulo, caboclo, sertanejo, caipira, sulista* corresponderiam normas distintas que também poderiam ser identificadas por esses qualificativos? Essas áreas culturais serviriam de referência para a interpretação das áreas de irradiação de determinados fatos lingüísticos que se atualizam em diferentes espaços geográficos?

São questões ousadas cujas respostas em muito extrapolariam os limites deste trabalho. Todavia, partindo de informações de natureza histórica, associadas a dados contemporâneos, tentaremos, senão responder a essas indagações, pelo menos lançar elementos para uma reflexão acerca do assunto.

Aludindo novamente ao Brasil do século XVI, não é demais lembrar que a norma transplantada pelos primeiros colonizadores correspondia ao português ainda próximo do século XV, que “ia deixando cada vez mais a roupagem arcaica, para se ir revestindo de ouropéis latinizantes”; A Carta de Caminha está na transição entre o português arcaico e o moderno. Logo, “esse português quinhentista foi a base do português do Brasil” (ELIA, 2003, p. 47).

Como já afirmado alhures, a catequese dos índios e a escravidão foram fatores que, do ponto de vista sociocultural, interferiram decisivamente no português do século XVI. O ensino do português aos índios pelos jesuítas, por exemplo, desencadeou o processo de aculturação das populações nativas que culminou na substituição das línguas faladas pelas diferentes etnias pelo português. Isso em conseqüência, não só do contato entre línguas na comunicação cotidiana e do processo de catequização, mas também de decisões políticas do governo imperial quanto à obrigatoriedade do uso do português e à conseqüente proibição da comunicação por meio da língua materna das diferentes etnias. Nesse século foram intensos o convívio e a

miscigenação luso-tupi, o que explica a rápida difusão da *língua geral* nas áreas urbanas e rurais. É sabido que, dentre as línguas faladas no Brasil nos primeiros anos da colonização, destaca-se o Tupi, a língua que se transformou na língua veicular e que favorecia a aproximação, em termos de comunicação, entre os indígenas e os colonizadores. Assim, além da língua portuguesa ainda pouco falada no novo território e das línguas indígenas que conviviam no mesmo espaço, surgiu a chamada *língua geral* que, até meados do século XVIII, foi a mais falada no território brasileiro, já que era usada tanto no interior das comunidades indígenas quanto na comunicação desses com o colonizador. Nos dois primeiros séculos da colonização a *língua geral* era falada na comunicação familiar nos redutos urbanos e era a língua materna da maioria das famílias do interior do País. O português só conseguiu se impor no litoral, no século XVII, e no interior, no XVIII.

O convívio entre o português colonizador, os indígenas e os escravos propiciavam a expansão de uma situação de bilingüismo, já que inclusive os próprios negros africanos “comunicavam-se mais nessa *koiné* indígena do que em suas próprias línguas nativas”, o que contribuía para a solidificação da língua geral como código de comunicação cotidiana do povo em fase de formação. Serafim da Silva Neto (1963, apud ELIA, 2003, p. 51) argumenta que o processo de povoamento do interior decorreu das massas do litoral. “Eram elas compostas, em percentagens diversas, de índios, negros, mestiços e brancos decaídos – e se entendiam num falar *crioulo*, linguajar de emergência, em que o branco figurava como professor involuntário e desinteressado”. Segundo ELIA (2003, p. 51), esse falar *crioulo* ou *semicrioulo*, interiorano, superpôs-se progressivamente ao uso da língua geral.

Nesse espaço de confronto lingüístico e cultural, a língua escrita permanecia fiel à norma europeia e “aos poucos a norma urbana culta foi se impondo e recalando para o interior a fala oral não escolarizada” (ELIA, 2003, p. 46). Assim, já no século XVII, duas modalidades da língua são bem distintas: a culta (escrita), predominante nos centros urbanos, e a língua corrente (oral), característica nos meios rurais.

Nesse contexto da construção da norma lexical do português do Brasil, há que ser pontuada a contribuição africana, haja vista que as grandes levas de negros africanos trazidos para o Brasil na condição de escravos também deixaram o seu legado ao léxico do português do Brasil. Como normalmente o negro trabalhava nos serviços domésticos nas casas-grandes, a comunicação com os senhores, os feitores, as sinhás e as sinhazinhas acontecia em português, fato que fez com que os negros assimilassem o português e aos poucos fossem abandonando o uso do tupi-guarani na comunicação diária. Além disso, há que se tomar em conta que “muitos negros que chegaram ao Brasil nos primeiros séculos da colonização, provavelmente já falavam um dialeto crioulo-português, pois o português foi língua franca nas costas africanas nos séculos XV, XVI e XVII” (BIDERMAN, 2002, p. 68).

Outros fatos ainda merecem ser considerados nesse processo de afirmação da língua portuguesa no Novo Mundo: os índios “pela mestiçagem, em várias gerações de mamelucos, mais tarde “caboclos” [...] vieram adotar a língua portuguesa”; o constante afluxo de portugueses para o Brasil no período colonial; o governo português ter procurado administrar o Brasil com base jurídica, medida que lhe permitiu “encontrar as vias necessárias para o desenvolvimento da colônia. O que significa não o predomínio das culturas afro-índias, mas a sua progressiva integração nos moldes básicos da civilização europeia (religião, moral, língua, letras, ciências e artes)” (ELIA, 2003, p.85).

Surge, pois, nesse período o embrião de uma norma nacional, haja vista que imperativos de ordem pragmática obrigavam o colonizador a assimilar aspectos do idioma dos indígenas, pois uma nova realidade se afigurava aos olhos do não-índio, bem distinta da europeia, e necessitava ser decifrada e nomeada, já que novos referentes exigiam nomeações específicas. Nesse particular, veio em socorro o indígena que já conhecia e dominava esse espaço e já o havia identificado por meio de palavras do seu idioma. Entra em jogo aqui o problema da referenciação, um sério obstáculo a ser transposto pelo colonizador. Os relatos de viagens, por exemplo, colocam em relação palavras com coisas no espaço brasileiro, e contribuem para a identificação dos “nomes do Brasil”, na verdade, “os nomes atribuídos às coisas do Brasil”. No processo de nomeação da nova realidade os viajantes “procedem por analogia entre o nunca visto aqui e o já visto ou que já se ouviu dizer em outro lugar” (NUNES, 2001, p. 73). Vejamos um excerto de Gabriel Soares de Souza, extraído da obra *Tratado Descritivo do Brasil em 1597*, que muito bem ilustra o exposto:

Jaguapitanga é uma alimária do tamanho de um cachorro, de cor preta, e tem o rosto de cordeiro; tem pouca carne, as unhas agudas, e é tão ligeira que se mantém no mato de aves que andam pelo chão, toma o cosso, e em povoado faz ofício de raposa, despoeva uma fazenda de galinha que furta (apud NUNES, 2001, p. 73).

Esse processo de analogia foi permitindo ao colonizador a comunicação cotidiana e, conseqüentemente, enriquecendo o seu vocabulário com designativos inerentes ao mundo referencial de uma nova sociedade e de um ambiente físico e sociocultural adverso ao deixado além-mar.

Nesse contexto, foi inegável a contribuição indígena no léxico da língua portuguesa, tanto no vocabulário comum, sobretudo na nomeação de aspectos naturais como nomes de plantas – *peúva*, *buriti*, *paxiúba*, *janiparandiba*, *carandá* – e de animais – *jandaia*, *sabiá*, *arara*, *jacutinga*, *jacu*, *capivara* – quanto na onomástica, em especial na toponímia, onde abundam designativos de base indígena – *Paraná*, *Cuiabá*, *Nioaque*, *Araçatuba*, *Birigui*, *Jataí*, *Paranaíba*.

O século XVIII marca o fim da fase colonial, registrando uma “reviravolta” no enfoque dos estudos lingüísticos, o que se reflete nos métodos de ensino, embora ainda tendo como centro Portugal, já que no Brasil ainda não havia, universidades, bibliotecas, imprensa, tipografias. Destacava-se, todavia, no Brasil o ensino de humanidades dirigido pelos jesuítas. Os livros impressos no exterior, embora ainda sob o crivo de Portugal, já chegavam ao Novo Mundo. A infiltração do barroquismo leva ao preciosismo vocabular. A expulsão dos jesuítas por Pombal em 1759 provoca uma reviravolta no sistema educacional (ELIA, 2003, p. 113-115).

É o léxico que vai colher com mais profundidade a grande contribuição advinda da produção literária da época. Elia (2003, p. 116-117) recupera dados da pesquisa de Morel Pinto, que focaliza a produção desse século. Em Matias Aires, por exemplo, detecta alguns termos com marcas arcaicas como *descer* (descender, derivar), *documento* (regra, preceito), *explicar* (mostrar), além de termos técnicos ou científicos como *átomo*, *alambique*, *transubstanciação*. O impressionismo bucólico traz a baila termos referentes à natureza: *bosques*, *brenhas*, *riachos*, *choças*, *relva*, *cipreste*, *cedro*. A realidade nativa é refletida no léxico dos poetas brasileiros. Santa Rita Durão, no seu poema Caramuru, enumera riquezas naturais fazendo uso de abundante vocabulário de base tupi: *maniçoba*, *tapioca*, *cará*, *pitanga*, *goiaba*, *jenipapo*, *copaíba*, *jararaca*, *cutia*, *preá*, dentre outros. Além disso, marca ainda a linguagem desse período o uso de um vocabulário característico desse momento histórico da língua portuguesa. Buscando um exemplo em outro gênero de texto, observemos um excerto de um documento produzido em 1791, pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, intitulado *Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso*, editado por Leny Caselli Anzai (2004, p. 24):

A vila em si é regular, as ruas direitas, porém pouco largas e por calçar, de onde vem que com as invernadas se encharcam e a todo o tempo facilmente as escavam os porcos que vagam por elas, fossando o terreno e abrindo nelas fossos e charcos para se deitarem. As casas, sim, estão alinhadas, porém são térreas⁸, cobertas de telha vã, e todas elas ou simplesmente aterradas ou [la]drilhadas de tijolo. As janelas, pouco rasgadas e comumente defendidas por gelosias ou empanadas ou esses tecidos de esteira, a que chamam **gurupema**, que fazem das casas outras tantas câmaras escuras e tristes e impedem o livre acesso do ar.

Além da construção sintática e das marcas ortográficas da norma vigente na época em que o texto foi escrito, destacam-se alguns termos, cujo uso ilustra a norma lexical vigente no século XVIII, dentre outros: *invernada* (tempo próprio de inverno), *rasgadas* (abertas), *gelosias* (grades de ripas que guarnecem as janelas), *empanadas* (coberta de panos), *gurupema* (variante de *urupema* – trançado de fibra vegetal para vedação de portas e janelas).

Já o excerto a seguir extraído do mesmo documento contém termos tanto ainda em uso no português contemporâneo na mesma acepção (*tapioca*, *carimã*) como termo que, no transcurso da história da língua, adquiriu outras acepções (*canjica*).

Abstêm-se de todo outro alimento que não sejam caldos de tapioca, carimã, água de arroz ou de milho cozido sem sal que se chama **canjica** (p.164).

O século XIX, por seu turno, registra o crescimento da consciência da identidade brasileira, materializada tanto na produção literária autóctone, quanto no debate sobre a “personalidade própria do português brasileiro”.

A questão dos *neologismos* foi o ponto central das polêmicas da segunda metade do século dezanove. Assim, o vocabulário típico do Brasil estava no centro do debate. Mas o que os intelectuais brasileiros desse período defendiam realmente era o uso de neologismos

⁸ A palavra “térreas” foi acrescentada com a letra de Ferreira sobre outra que foi riscada, ilegível. Nota redigida por Anzai (2004).

brasileiros, lexias essas que se situavam no *nível do signo*, ou seja, palavras designativas de referentes e conceitos brasileiros (BIDERMAN, 2002, p.70).

Assim, a discussão sobre a questão da identidade da língua portuguesa do Brasil surge no século XIX, condicionada por dois fatores: i) a Independência que libertou o Brasil do jugo português, o que facultou aos brasileiros a liberdade de discutir e de cuidar dos problemas relativos à língua herdada; ii) o movimento romântico que “buscava na alma do povo as bases da cultura nacional” (ELIA, 2003, p. 139).

A despeito das polêmicas travadas entre portugueses puristas e escritores brasileiros, esse período foi extremamente importante para a consolidação da consciência cultural e lingüística do País, pois, além da discussão em torno da “norma brasileira”, o léxico do português do Brasil foi consideravelmente enriquecido pelo vocabulário perenizado nas obras literárias e na produção lexicográfica emergente. É o que será focalizado no próximo item.

3. A norma lexical e a lexicografia brasileira

Inicialmente é preciso considerar que os escritos deixados por viajantes portugueses, franceses, alemães, dentre outros, estão na origem do discurso lexicográfico no Brasil, à medida que contêm comentários, explicações, sobre as coisas e os habitantes do País. “Os primeiros relatos de viagens constituem um corpus privilegiado para observar a construção de um modo de dizer o léxico no território brasileiro [...] Enquanto os viajantes desenvolveram um saber enciclopédico, os missionários jesuítas produzem dicionários de língua” (NUNES, 2001, p.73; 74). O autor refere-se à importante produção lexicográfica no Brasil Colonial em termos de dicionários bilíngües português/tupi; tupi/português. Dentre eles, destaca-se o *Vocabulário na Língua Brasileira (VLB)*, manuscrito anônimo português/tupi. Já o primeiro dicionário monolíngüe da língua portuguesa surge em Portugal, em 1789, o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de autoria do brasileiro Antônio Morais e Silva.

A preocupação com a descrição da norma brasileira ganha força a partir do século XIX, razão por que pululam nas diferentes regiões brasileiras estudos, muitos deles realizados por curiosos sobre as especificidades da língua e imbuídos de espírito nacionalista, que procuram descrever o vocabulário corrente em diferentes espaços geográficos. Nesse contexto, pode-se citar o trabalho de Taunay – *Léxico de lacunas* (1914) –, uma publicação do Instituto Histórico e Geográfico, em que o autor teve como propósito fornecer “subsídios para os dicionários da língua portuguesa”. Configura-se como um “LEXICO de termos vulgares, correntes no Brazil, sobretudo no Estado de São Paulo, e de acepções de numerosos vocabulos, ainda não apontados nos grandes dictionarios da língua portugueza”, conforme o registrado na apresentação da publicação.

Dentre os verbetes inseridos por Taunay, examinamos o “papagaio” e o “achego”:

Papagaio: s.m. (gír.). Pequeno aviso reservado que acompanham instruções dadas a funcionários pelos chefes de serviço. “O director geral da Instrucção Publica expediu um *papagaio* ao fiscal do gymnasio X ... que muito o assustou”.

Achego: s.m. Cargo, emprego, função cuja retribuição é considerada como um auxilio ou suplemento de receitas. “X é funcionario publico, mas tem diversos *achegos*: lecciona em cursos nocturnos, faz traducções para a imprensa, etc.”. Em Portugal, segundo o Snr. C. de F., diz se *achega*.

As acepções desses itens lexicais apontadas pelo estudioso como lacunas nos dicionários brasileiros de então, na atualidade, foram recuperadas, tanto por Ferreira (1999) como por Houaiss (2001). No caso de *papagaio*, Ferreira informa tratar-se de um brasileirismo com o sentido de “portaria com instruções dadas a funcionários pelos chefes de serviço”, dentre inúmeras outras acepções. Já Houaiss registra, sem marca dialetal, a acepção “bilhete, aviso ou lembrete manuscrito”.

Achego, por seu turno, é considerado pelos dois dicionaristas, na acepção apontada por Taunay, como de uso do português do Brasil: “Bras. Vantagem ou lucro inesperado, imprevisto” (FERREIRA, 1999) e “Regionalismo: Brasil. Pequeno rendimento imprevisto” (HOUAISS, 2001).

Não é demais lembrar que Morais (1813) já registrara *achega* como “adjutório, auxílio; matériães para qualquer edificio, valedor”, unidade lexical que manteve na história de língua alguns desses usos, além das novas acepções adquiridas: “aditamento, acrescentamento, acréscimo; pequeno lucro; ajuda, auxílio, subsídio; achego; pequeno lucro, rendimento acessório; material de construção; subsídio ou contribuição

para o aperfeiçoamento e/ou ampliação de alguma obra, de um ramo de conhecimento, etc.” (FERREIRA, 1999). Essa última acepção é de uso corrente, sobretudo, na norma lusitana.

Cândido de Figueiredo (1939), por sua vez, registra *acheço* como o mesmo que *achega*, unidade lexical que é definida como “aditamento, subsídio, auxílio. Fam. Pequeno lucro. Rendimento acessório ou eventual. M. Ant. Cada um dos partícipes de um casal, cuja pensão total era paga por um cabecel (de *achegar*)”.

Já *papagaio* é registrado por Moraes apenas nas acepções de ave, flor e como o brinquedo de papel. Isso demonstra o quão complexa é a decisão de atribuir marcas dialetais a um item lexical.

Além dessa contribuição de Taunay, durante o século XIX e primeira metade do século XX, surgem no Brasil inúmeros trabalhos que registram o léxico da língua portuguesa de aquém-mar, dentre outros: – *Collecção de Vocábulos e Frases usadas na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, de Antonio Álvares Pereira Coruja, publicado no Brasil (1852), na Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro e, em Londres (1856), por Trübner e Comp.; *Vocabulario Brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da língua portuguesa*, de Braz da Costa Rubim (1853); *Palavras de origem tupi-guarani usadas pela gente amazônica e em pratica corrente na região*, de José Veríssimo (1886); *Vocabulário indígena em uso na Província do Ceará*, de Paulino Nogueira (1887); *Diccionario Brasileiro de Língua Portuguesa*, de Antonio Joaquim de Macedo Soares (1888); *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*, de Beaurepaire-Rohan (1889); *Vocabulário Sul Rio Grandense*, de J. Romaguera Corrêa (1898); *Glossário Paraense* ou *Collecção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à ilha de Marajó*, de Vicente Chermont de Miranda (1905); *Phrases e Palavras*, de Alfredo de Carvalho, de 1906, e *As aves do Brasil*, de Emilio A. Goeldi (1894-1900); *Dicionário da língua brasileira*, de Luís Maria Silva (1832); *Popularium sulriograndense e o dialeto nacional*, de Apolinário Porto Alegre (1872); *O dialeto brasileiro*, de Pacheco da Silva Junior (1880); *A linguagem popular amazônica*, de José Veríssimo (1884); *O tupi na geografia nacional*, de Theodoro Sampaio (1901); *Vocabulário popular*, de P. H. Souza Pinto (1912) (ISQUERDO, 2006, p.13).

Nesse contexto, merece especial destaque o trabalho pioneiro de Rodolpho Garcia, “Diccionario de brasileirismos (peculiaridades pernambucanas)”, de 1899, que representou uma tentativa de classificação de brasileirismos.

Já a primeira metade do século XX assiste à publicação de três obras que se transformaram em referência para os estudos sobre a norma brasileira da língua portuguesa: *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral (1920), *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes (1922) e *A língua do Nordeste*, de Mário Marroquim (1934), trabalhos que, a despeito de se voltarem também para os estudos gramaticais, contêm um glossário com número considerável de unidades lexicais em uso nas regiões focalizadas nessas pesquisas. Nesse mesmo período são publicados também o *Vocabulário gaúcho*, de Roque Callage (1926), o *Dicionário dos animais do Brasil*, de Rodolfo Von Ihering (1931), *Vocabulário do Nordeste do Rio Grande do Sul – Linguagem dos praiheiros*, de Dante de Laytana (1933), *O vocabulário pernambucano*, de Pereira da Costa (1937) e o *Vocabulário Amazonense*, de Alfredo da Maia (1939), só para mencionar alguns (ISQUERDO, 2006, p.14)⁹.

Percebe-se, pois, que a descrição da norma lexical do português do Brasil há muito tem sido foco de atenção de estudiosos interessados em contribuir para o conhecimento do que é “próprio” do Brasil, além de apontar para a problemática da definição dos regionalismos. Muitos critérios têm sido elaborados na tentativa de elucidar essa questão. Dentre outros estudiosos, pode-se citar Rodolfo Garcia (1899), com a obra já mencionada – *Diccionario de brasileirismos (peculiaridades pernambucanas)*; Armando Levy Cardoso (1961), com a obra *Amerigenismos*; Tenório D’Albuquerque, obra *Falsos Brasileirismos* (s/d, p. 38-40); Gladstone Chaves de Melo, na obra *A Língua do Brasil* (1981) e Oliveira (1999) que, na sua Tese de Doutorado *O português do Brasil: regionalismos e brasileirismos*, faz uma análise crítica das diferentes tipologias de brasileirismos concebidas por diferentes estudiosos, particularmente a de Melo (1981). A lexicóloga definiu *brasileirismo* como “todo fato lingüístico, de caráter geral ou regional, que caracterize o português em uso no Brasil, em contraste com o usado na Europa”. Assim, com base nos resultados do seu estudo sobre a questão dos brasileirismos no Dicionário Aurélio (1994) e orientada por esse conceito de *brasileirismo*, propôs a seguinte tipologia para orientar estudos desse fato lingüístico: *indigenismos; africanismos; lexias transplantadas que, no Brasil, assumiram novos matizes – brasileirismos semânticos; formações e derivações brasileiras de base vernácula e de base híbrida – vernácula/indígena e*

⁹ - Limitamo-nos a mencionar obras produzidas no século XIX e na primeira metade do século XX. Todavia, na atualidade, abunda o número de publicações – dicionários, glossários, vocabulários – de cunho regional, em sua maioria, sem a rigidez teórico-metodológica que se esperaria de obras lexicográficas dessa natureza.

vernacula/estrangeira e lexis de origem expressiva próprias do uso brasileiro (OLIVEIRA, 1999, p. 103-105)¹⁰.

Não tivemos aqui o propósito de discutir essas tipologias, mas apenas situar a problemática que afeta a classificação desse tipo de fato lexical. Um critério perpassa todas as propostas de classificação: o contrastivo. Isso implica a existência de fontes confiáveis que permitam a comparabilidade dos dados. No caso do português do Brasil, Biderman (2001, p. 136) adapta, à realidade brasileira, o conceito de regionalismo apresentado por Boulanger (1985), definindo-o como

qualquer fato lingüístico (palavra, expressão, ou seu sentido) peculiar a uma ou outra variedade regional do português falado no Brasil, exceptuando a variedade empregada no eixo lingüístico Rio/São Paulo, considerada a variedade de referência, ou seja, o português brasileiro padrão, e excluindo também as variedades usadas em outros territórios lusófonos.

Nesse mesmo trabalho a lexicógrafa e lexicóloga brasileira, ainda discutindo a questão do conceito de regionalismos, com muita pertinência, aponta dois aspectos a serem considerados no exame desse tipo de fato lingüístico: i) “qual o ponto de referência para definir um termo como regional”? ii) “se o vocábulo é regional relativamente a um dialeto padrão, qual é esse dialeto padrão, de qual região?” (BIDERMAN, 2001, p.135).

Essa posição da pesquisadora traz à baila, fundamentalmente, duas questões mais amplas: a necessidade premente de uma clara definição de políticas lingüísticas para o Brasil que estabeleçam diretrizes para o enfrentamento e o tratamento de questões que afetam a realidade lingüística brasileira, dentre outras, o espaço das línguas indígenas; o ensino de línguas em áreas de bilíngües, em faixas de fronteira; políticas públicas voltadas para a produção de dicionários gerais da língua; definição com base, sobretudo, em critérios lingüísticos da norma padrão do português do Brasil que pudesse servir de parâmetro para a análise das variantes regionais, já que, por ora, na prática, essa questão tem sido tratada preponderantemente com base em critérios políticos e socioeconômicos. Essa última lacuna em termos de política de língua no Brasil remete a outra questão, de igual relevância, já que subsidiaria a primeira: a necessidade de uma ampla descrição da língua portuguesa do Brasil na sua modalidade oral e de estudos acerca da produção na modalidade escrita com base em textos representativos de diferentes épocas e gêneros discursivos.

No que diz respeito especificamente à norma regional, só a construção de vários *corpora* que reunissem amostras representativas de diferentes gêneros de textos e modalidades de uso da língua poderiam fornecer fontes seguras para a identificação dos regionalismos atualizados em diferentes momentos da história da língua, em diversos tipos de textos e em áreas geográficas distintas do País. Enfim, a organização de uma grande base textual informatizada reunindo: obras da literatura, sobretudo, regional produzidas em todas as regiões brasileiras, estudos monográficos sobre vocabulários regionais, em especial os oriundos de pesquisas acadêmicas produzidos no âmbito da pós-graduação; dados da língua oral, coletados também nas diversas regiões do Brasil, com destaque para os atlas lingüísticos de pequeno e de grande domínio que, em decorrência da metodologia que orienta as pesquisas geolingüísticas (rede de pontos e questionário lingüístico único aplicado a informantes de todos os pontos da rede), fornecem dados concretos e seguros sobre a variação diatópica; levantamentos vocabulares orientados por questionários específicos voltados para áreas de especialidades distintas. Bases de dados dessa natureza poderão fornecer informações seguras para a identificação e a classificação dos regionalismos na língua portuguesa do Brasil, configurando-se, assim, como fontes confiáveis para os lexicógrafos, para fins de inserção de marcas dialetais em dicionários de língua.

É preciso pontuar ainda que empreendimentos dessa envergadura careçam de investimento público e só se viabilizam por meio de grandes projetos coletivos que envolvam redes de pesquisa. Representam avanços nesse sentido dois projetos em desenvolvimento no Brasil, o do *Atlas Lingüístico do Brasil* (Projeto ALiB) e o do *Dicionário Histórico do Português do Brasil (séculos XVI e XVII e XVIII)*¹¹, ambos congregando pesquisadores de todas as regiões brasileiras. O primeiro, sediado na Universidade Federal da Bahia, tem como um dos seus objetivos, além da descrição da norma em uso na modalidade oral da língua

¹⁰ - Cf. Isquierdo (2006, p. 11-29).

¹¹ - O primeiro projeto, coordenado por Suzana Alice Marcelino Cardoso, ainda não conta com financiamento global de órgãos de fomento, apenas tem contado com apoios parciais do CNPq (Editais Universais) e com recursos oriundos de fundações estaduais – Fundação Araucária e Fundação de Amparo à Pesquisa no estado da Bahia. Já o segundo, sob a coordenação de Maria Tereza Camargo Biderman, recebe financiamento global do CNPq/Programa Institutos do Milênio/2005.

portuguesa contemporânea em todos os Estados das cinco regiões brasileiras, disponibilizar um banco de dados recolhidos em 250 localidades do Brasil, junto a 1.100 informantes. O segundo, tendo como instituição-sede a Universidade Estadual Paulista/Campus de Araraquara, está organizando uma grande Base Textual com documentos sobre o português colonial, produzidos no Brasil, também oriundos das diferentes regiões do País. Inicialmente o projeto intenta montar uma base textual com 12 milhões de ocorrências, da qual serão extraídos os 10 mil verbetes que integrarão a primeira versão do dicionário. São, pois, dois projetos que estão documentando a norma da variante brasileira da língua portuguesa em dois momentos extremos da sua história: o período colonial (séculos XVI, XVII e XVIII) e a fase contemporânea (século XXI).

4. Algumas questões/reflexões finais

Frente ao exposto e retomando a proposta inicial deste estudo, à guisa de conclusão, deixamos em aberto quatro questões com duplo propósito: ter caráter de síntese das reflexões aqui apresentadas e levantar novas indagações acerca da temática discutida.

1. Em que proporção as áreas culturais (crioulo, caboclo, sertanejo, caipira, sulistas) apontadas por Darcy Ribeiro (1997) poderiam contribuir para uma melhor compreensão da norma lexical do português do Brasil?

2. Por que razão certas palavras ficam enraizadas em determinados espaços e outras se espalham por territórios mais amplos? Que fatores determinam o “movimento” das palavras? Não funcionariam essas áreas culturais como mecanismos de interpretação para o uso de certas palavras em espaços geográficos distintos?

3. A significativa presença de regionalismos oriundos de empréstimos do espanhol platino na região Sul do Brasil; a grande incidência de palavras de base indígena na fala do homem amazônico e os africanismos registrados nos atlas da Bahia e do Sergipe não teriam relação com as áreas culturais estabelecidas pelo mesmo antropólogo?

4. E o falar caipira estudado por Amadeu Amaral sendo produtivo também em Minas Gerais, no Paraná, no Mato Grosso/Mato Grosso do Sul e as marcas de um falar sertanejo, tão evidentes no Atlas de Minas Gerais e também produtivas na fala do goiano ou do mato-grossense/sul-mato-grossense não refletiriam na língua o perfil da área cultural (caipira; sertaneja) de origem do falante?

São questões que continuam a desafiar os pesquisadores brasileiros! Para concluir, daremos a palavra final a Victor Hugo que muito bem sintetiza a dinâmica das línguas:

Uma língua não se fixa nunca. O espírito humano está sempre em marcha, ou melhor, em movimento, e a língua com ele. As coisas são assim. Quando o corpo muda, por que não mudaria o traje? [...] Toda época tem suas idéias próprias, é preciso que ela tenha também palavras próprias para essas idéias” (apud CARVALHO, 2001, p. 65).

5. Referências bibliográficas

ANZAI, L. C.. Leitura paleográfica comentada. Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso. In: ANZAI, L. C. *Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2004, p.129-227.

BIDERMAN, M. T. C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Orgs.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Pontes, 2002, p. 65-82.

_____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.) *As ciências do léxico*. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande-MS: Editora da UFMS, 2001, p.131-144.

CARVALHO, N. M. de. Neologismos na imprensa escrita. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.) *As ciências do léxico*. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande-MS: Editora da UFMS, 2001, p.65-74.

- COSERIU, E. Sistema, norma e fala. In: COSERIU, E. *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1979, p.13-85.
- ELIA, S. *Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003.
- FIGUEIREDO, C. de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 9ª ed. Lisboa: Composto e Impresso na Imprensa Portugal-Brasil, 1939.
- FONSECA, M. S. V. ; NEVES, M. F. (Orgs). *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- FRANCO, A. A. de M. *Desenvolvimento da civilização material do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2005.
- ISQUERDO, A. N. Brasileirismos, regionalismos e americanismos: desafios e implicações para a lexicografia brasileira. In: GUEDES, M.; BERLINCK, R. de A.; MURAKAWA, C. de A. A. (Orgs.). *Teoria e análise lingüísticas: novas trilhas*. Série Trilhas Lingüísticas, n. 8. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006, p.11-29.
- MOREIRA, H. C. *A toponímia paranaense na rota dos tropeiros: Caminho das Missões e Estrada de Palmas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, 2006.
- NUNES, José Horta. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da Lexicografia no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *História das idéias lingüísticas*. Construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: UNICAMP; Cáceres: ENEMAT, 2001, p.71-87.
- OLIVEIRA, A. M. P. *O Português do Brasil: brasileirismos e regionalismos*. Tese de Doutorado. Araraquara: UNESP, 1999.
- RIBEIRO, D. *O povo do Brasil*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- TAUNAY, A. D. Léxico de lacunas. *Revista do Instituto Historico e geographico de São Paulo*. Vol. XVI, 1911. Tours Imprimerie E. Arrault et Cie, 1914.
- SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922. Edição FAC-SÍMILE da segunda edição (1813), edição comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil.